



**UNIVERSIDADE DA INTREGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

VLADIMIR SÁ

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-
BISSAU NO PLANO DA EDUCAÇÃO DURANTE GOVERNO DE DILMA
ROUSSEFF: UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA
BRASILEIRA PARA GUINÉ-BISSAU (2010-2016)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

VLADIMIR SÁ

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-
BISSAU NO PLANO DA EDUCAÇÃO DURANTE GOVERNO DE DILMA
ROUSSEFF: UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA
BRASILEIRA PARA GUINÉ-BISSAU (2010-2016)**

O projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidade sediado nos Institutos de humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do **Professor Doutor Márcio André Oliveira Santos**.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

VLADIMIR SÁ

AS RELAÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-BISSAU NO PLANO DA EDUCAÇÃO DURANTE GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF: UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA BRASILEIRA PARA GUINÉ-BISSAU (2010-2016)

O projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidade sediado nos Institutos de humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 22/05/2018

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Marcio André Oliveira Santos (Orientador)

Cientista Social com habilitação em sociologia, mestre em Ciências Sociais. Doutorado em Ciência Política, com tese sobre relações políticas institucionais entre movimentos negros e Estados no Brasil e Colômbia. Professor e Coordenador do Curso das Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab.

Professor Dr. Deolindo Nunes Barros

Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Professor Dr. Fábio Baqueiro

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade
Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	8
3	JUSTIFICATIVAS	12
4	HIPÓTESE	16
5	OBJETIVO GERAL	17
5.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
6	FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	18
7	METODOLOGIA	20
8	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

A cooperação Sul-Sul é um projeto que visa estabelecer apoios entre países desenvolvidos e aqueles em via de desenvolvimento. Ela pode ser solidária com o objetivo de promover trocas comerciais, boas práticas e o reconhecimento das diferenças e interesses em benefícios próprios para poder acelerar o ritmo do crescimento econômico para competição mundial. Essa cooperação se estabelece entre os países em via de desenvolvimento, ou seja, entre os países do sul global (SILVA, 2011).

Com base no exposto acima, a República Federativa do Brasil e a República da Guiné-Bissau são países parceiros. O Brasil vem estabelecendo as suas relações com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), nas quais a Guiné-Bissau faz parte e é denominado de pequenos PALOP's, com o intuito de promover laço de amizade, reconhecimento histórico e ajudar a esses países para que consigam atingir o seu objetivo do desenvolvimento (RIZZI, 2012).

Em consonância com isto, Djaló (2014) afirma que as relações políticas diplomáticas entre essas duas nações são ambíguas por dois motivos: primeiro, provêm de um processo histórico que atrelou esses dois países no atlântico sul nos séculos passados, isto é, teve origem no processo de desumanização dos africanos durante a escravatura; segundo, baseia nos intercâmbios culturais e na promoção da língua portuguesa (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

É claro que ao falar dessa relação Brasil-África, em especial, com a Guiné-Bissau é perceptível que seja melhor analisar o passado histórico para compreender melhor o presente, porque os discursos usados nesse reestabelecimento diplomático baseiam-se na questão da geopolítica que une a América Latina, em particular o Brasil, com o continente africano (AMORIM, 2013). Continuando com o raciocínio de Djaló (2014), o interesse do Brasil em apoiar a Guiné-Bissau, possivelmente relacionam-se aos fatos históricos, embora os interesses econômicos sejam principais fatores inerentes a esse processo.

Geograficamente, a Guiné-Bissau é um país pequeno situado na costa Ocidental da África. Faz fronteira com a República do Senegal ao Norte e Leste, ao Sul com a República da Guiné-Conacri e ao Oeste está banhado pelo Oceano Atlântico. Administrativamente, o país está dividido por oito (8) regiões e setor autônomo de Bissau, e conta uma população a mais de um milhão e meio. O país é conhecido pelas suas sucessivas instabilidades político-militar desde a sua independência. Este fato causou um índice de analfabetismo e de pobreza

muito significativa, prejudicando o desenvolvimento da sociedade guineense (SUCUMA, 2013).

Evidentemente, o Estado guineense depende necessariamente de ajuda externa levando em consideração as dificuldades socioeconômicas e políticas que o país está mergulhado, sobretudo, na área da educação (HIRST, 2012). Face às essas circunstâncias, houve poucos avanços no que tange aos desenvolvimentos das instituições públicas em particular a do ensino em relação aos países vizinhos. Com base nos relatos feitos por Sucuma, (2013), o documento demonstra que a Guiné-Bissau tem pouco controle no desenvolvimento do ensino fundamental e médio, bem como do ensino superior.

Segundo Rizzi (2012), a Cooperação Sul-Sul tem ajudado muito a nação guineense no desenvolvimento de ensino superior, e não só, como também em outros níveis educacionais. As relações entre o Brasil e os PALOP's têm ajudado muito a nação guineense, impulsionando o desenvolvimento no setor educativo e as demais necessidades conjunturais. Levando em consideração as informações disponíveis confirmadas por Rizzi (2012), o país foi independente na primeira metade dos anos 70, ou melhor, em 1973 e em 1974 foi reconhecido oficialmente por Portugal. Nessa ordem de ideia, as necessidades autônomas vêm sendo mais urgentes. A partir desse momento, o país começou a estabelecer tratados de cooperação com os países parceiros internacionais e regionais para responder as demandas em torno do desenvolvimento.

Com base no que lemos, salienta-se que a República Federativa do Brasil tem sido um parceiro antigo da República da Guiné-Bissau, e foi primeiro país a reconhecer a independência da jovem nação Djaló, (2014). Nesses relatos, a presença brasileira foi reconhecida no país, também é conhecido como auxiliador da Guiné-Bissau. Sendo assim, existem grupos de pessoas que aproveitam desta relação para monopolizar os jovens e angariar vantagens específicas em benefício próprio usando a seguinte sigla: “Ajuda do Brasil para a Guiné-Bissau”.

Nos períodos entre 1990 e 2002, havia uma estagnação no desenvolvimento da política externa do Brasil para a África, sobretudo a Guiné-Bissau Rizzi, (2012). Com a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva ao poder a partir do ano 2003, a política externa brasileira ganhou nova visibilidade na cena mundial Rizzi, (2012). Houve reestritamento das relações diplomáticas ao continente, o que vem sendo benefício para os países africanos na retomada das rotas de negociações, o que já tinha sido feito anteriormente, possibilitando estreitar mais as suas relações com os mesmos; o reestabelecimento de laços das relações entre o Brasil com os países africanos denominados de pequenos PALOP's, proporcionam as trocas comerciais

mais intensificadas, possibilitando a entrada dos empresários brasileiros com investimentos no continente, visto que no período de 2003 a 2010, o Brasil reestabeleceu a sua política externa mais forte ao continente em relação dos períodos anteriores (RIZZI, 2012); (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

De acordo com os mesmos autores, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no poder abriu um novo horizonte com vista à política externa brasileira para o continente africano, e levou alguns impulsos para o desenvolvimento econômico mais forte entre a República Federativa do Brasil com os países africanos.

Entre os acordos feitos, desenvolvem-se muitos projetos em diferentes áreas. Segundo Oliveira, (2015) houve um aumento de Orçamento Geral do Estado Brasileiro (OGEB) nos investimentos para a África. De 2003 a 2008 esse número tem aumentado drasticamente de U\$\$ 5 milhões de dólares para U\$\$ 26 bilhões de dólares em 2008, esse fato simboliza a proximidade afetiva com o continente. Nesse sentido, é óbvio que, muitos projetos foram desenvolvidos para a África.

No mesmo período exposto acima, houve uma ampliação do desenvolvimento da política externa do Brasil com a Guiné-Bissau, nas diversas áreas, designadamente: na educação, na saúde, na segurança, entre outras. Podemos dizer que as atuações da política externa do Brasil para a nação guineense teve a sua retomada a partir do governo de Lula e são evidentes as suas participações diretas no país com os projetos de desenvolvimento em diferentes setores tanto no domínio da educação quanto nas outras áreas. É claro que a nossa análise sobrecarregue na área de educação; de modo geral, o ensino superior guineense teve repercussões mais consideráveis a partir da retomada dos laços de relações com o Brasil através do reestabelecimento do Programa Estudantes Convênio de Graduação e do Programa Estudantes Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), reforma de instituições de formação superior no país, a construção de novos centros de formação técnica e novas escolas de ensino básico e, por fim, a criação do projeto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB (CAMBANCO, 2016; RIZZI, 2012). No contexto da política e da segurança, o Brasil exerce maior influência na manutenção da ordem constitucional no país com a criação de gabinete da Comissão de Construção da Paz (CCP) promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na qual o Brasil é responsável (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE. 2016).

Em conformidade com o Instituto Itamaraty e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) o estabelecimento do referido acordo da diplomacia entre o Brasil e a Guiné-Bissau foi regido após o reconhecimento da independência dos colonos portugueses no ano 1974, no

mesmo ano fez abertura da embaixada do Brasil na capital guineense (Bissau). Esse fato demonstra que embora as relações viessem a ser fortificadas mais tarde, já havia desde tempos passados. O desdobramento dessa relação foi mais explícito basicamente nos últimos dois governos legítimos tanto de Lula como de Dilma devido às ações desenvolvidas (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Djaló, Jânio Quadros foi o primeiro presidente do Brasil que fez abertura de representação diplomática no continente africano nos anos 1961 em Dakar, Senegal. No entanto, nos anos 80 e 90 foi momento de grande vantagem ou com mais retenção de desenvolvimento da política externa brasileira para a África. Nessa data, também foi de grande retenção da política externa guineense, na qual assinaram alguns tratados internacionais com o Brasil (RIZZI, 2012).

A República Federativa do Brasil tem sido configurada como parceiro fundamental e mais importante atualmente no país. As relações entre essas duas nações são inerentes tendo em vista os laços de cooperação sul-sul, como mencionado anteriormente.

2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Face às situações que têm ocorrido nos últimos anos na Guiné-Bissau permitem que haja poucos avanços no desdobramento dos projetos no plano educacional; esse avanço agora não se limita somente na educação, mas também nas diversas áreas, tais como: saúde, agricultura, segurança etc. que são considerados setores prioritários do país em questão. A expansão dos projetos promove alguns desenvolvimentos educativos e não só, assim como, nas áreas ora citadas a fim de procurar minimizar as demandas dos guineenses em termos de subsistência alimentar. Na verdade, vale realçar que, tendo em vista a presença brasileira muito forte na Guiné-Bissau, com os seus projetos de desenvolvimento para as formações dos recursos humanos devido à atribuição de bolsa de estudo (MEANA, 2016, p. 133).

Um das razões dessa fortificação de laços bilaterais que a Nação Brasileira teve com os países africanos dos PALOP's, possivelmente pode ser o interesse num assento do Conselho de Segurança das Nações Unidas Amorim, (2013). O contexto histórico também não é diferente dessa análise. Segundo Oliveira, (2015), essa foi à necessidade almejada pelo Brasil que queria ocupar uma posição na organização internacional, no caso da ONU para poder atingir uma posição de relevância no cenário da diplomacia internacional com o intuito de colocar as suas políticas externas mais potencializadas no cenário mundial. Ou melhor,

para colocar a nação brasileira na corrida de competitividade com outras potências mundiais que ocupam assento de membros permanentes do Conselho da Segurança das organizações das Nações Unidas.

Falando na questão dos desdobramentos político-diplomáticas da República Federativa do Brasil, os dois governos: Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos foram semelhantes nas visões estratégicas para África, a política de Lula para a África é ativa e de Dilma é reativa e ativa Cervo; Lessa, (2014). Apesar de que nos dois mandatos de Lula houve mais presença nos seus projetos desenvolvidos para o continente referido anteriormente em relação aos de Dilma, embora ela não tenha concluído o segundo mandato (COSTA, 2015). As quantidades numéricas dos projetos que foram desenvolvidos na Guiné-Bissau, a maioria deles tiveram inícios no governo de Lula. A política externa brasileira nos dois últimos governos (Lula e Dilma) para o continente superou os governos anteriores demonstrando as suas presenças no continente foi bem evidentes e ações ligadas ao desenvolvimento de política de externa (CAMBANCO, 2016).

A República Federativa do Brasil nas suas relações com a República da Guiné-Bissau empenhou desde muito cedo levado a cabo ações que proporciona o desenvolvimento do país, assentando na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que teve como fruto a Cooperação Sul-Sul Djaló, (2014). Vale a pena salientar que todas as ações levadas ou tomadas pelo governo brasileiro, foram de caráter solidário do ponto de vista social e enquanto que do ponto de vista política ou diplomática, são razões que foram desconhecidas por certos números consideráveis das populações de ambos os países parceiros. Contudo, podemos dizer que a sociedade guineense desconheceu quais são os fatores que impulsionaram o desdobramento da política externa brasileira virada à África em particular a Guiné-Bissau.

Para Milani; Conceição; M'bunde, (2016) mostram que a Nação guineense foi o mais beneficiado da política externa brasileira, após a criação de CCP, que teve a designação do Brasil como representante oficial da ONU no país, tendo em conta as ações humanitárias desenvolvidas pelo governo brasileiro ou as suas reputações internacionais conseguiu obter essa posição.

Na argumentação de Cambanco (2016), apesar dos dois governos ter trabalhado muito na questão da diplomacia, relatos acerca de alguns projetos desenvolvidos nos mandatos de Dilma, que a maioria deles teve o seu início no governo antecessor. Para Oliveira (2015), tais afirmações podem ser confirmadas com o aumento de aberturas de novas embaixadas brasileiras na África e algumas viagens feitas por ambos os presidentes. Ainda o autor

enaltece o desenvolvimento dos projetos liderados por dois presidentes no continente africano pode ser um fator notório das ligações deles com África. A diferença que existe entre eles se justifica na forma de abarcamento dos dois presidentes, Lula com maior presença no continente africano. Por outro lado, a África só teve a importância no que refere as relações com o Brasil a partir da ascensão do Partido Trabalhador (PT) ao poder tendo como presidentes Lula e a Dilma (COSTA, 2015, p. 2).

Com essas figuras no poder, abriu-se novas janelas da economia brasileira. Segundo Oliveira, houve crescimento do comércio nos países africanos devido ao investimento dos empresários brasileiros; neste sentido, a África tornou uma nova zona estratégica para o crescimento da economia brasileira.

Perante os fatos relatados sobre as relações Brasil e Guiné-Bissau, de modo geral, a concessão de bolsa de estudo por Estado brasileiro aos estudantes oriundos da Guiné-Bissau aumentou bastante. Esses estudantes na sua maioria ingressam pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esta instituição demonstrou que desde o início das suas atividades a Guiné-Bissau se tornou o maior destinatário das vagas na UNILAB, e em relação aos outros países dos PALOP's, tais afirmações vão de acordo com as assertivas do Cambanco, (2016). Por esta razão, nota-se que, no cotidiano entre os convívios estudantis na Unilab, a influência muito grande no uso da língua guineense (crioulo). Sendo assim, os dados indicam que os mais beneficiados deste projeto estudantil são os estudantes oriundos da Guiné-Bissau como ilustra o autor acima citado.

O ensino superior brasileiro tem estado atrair os jovens bissau-guineenses. O crescimento acelerado dos interesses de cursar os estudos no Brasil torna enorme nos últimos anos. Os possíveis motivos de tanta presença dos estudantes guineense justificam-se por vários fundamentos, tais como: reestritamentos das relações bilaterais entre dois países que resultam na facilidade de obtenção de vistos de entrada; facilidade no idioma (Língua Portuguesa); o último fator é o modo de aplicação de prova para o processo seletivo com mais transparência esse fato molda o fluxo de interesse dos jovens a escolherem-se estudar no Brasil, inclusive a UNILAB. Além disso, os fatores de conhecimentos de todos que são a precariedade do ensino fundamental, médio e superior que não dispõe de mínimas condições necessárias para oferecer um ensino de qualidade; a falta de políticas educacionais por parte do Estado no que tange aos currículos escolares; a má condição das infraestruturas escolares e de inacessibilidade de ensino superior nas zonas rurais; e as dificuldades financeiras impróprias para bancar o estudo.

Embora no dito ensino público, os estudantes do ensino básico e secundário (médio) pagam devidamente uma taxa mensal ou trimestral para o Estado o que chamamos de “Propina”, enquanto que no ensino superior dependendo da política da universidade ou da faculdade, paga-se também uma taxa. Desta forma, os estudantes acabam de não poder dar a continuidade no seu percurso escolar por faltas de condições financeiras dos pais Sucuma, (2013). Tais fatores influenciam bastante os estudantes guineenses na procura incessante de bolsas de estudo para o exterior.

Além disso, houve êxito após a fortificação das relações política-diplomática entre o Brasil e a Guiné-Bissau no segundo mandato do ex-presidente Lula que abriu novos horizontes para a entrada dos bissau-guineenses no Brasil. Nesta acepção, o Brasil foi à primeira representação diplomática no país que ofereceu o maior número de visto por ano aos estudantes.

Enfatizando essa solidariedade, também é notável o ingresso dos estudantes bissau-guineense no PEC-G e PEC-PG, além dos que optaram vir estudar por conta própria. O grande deslocamento anual dos estudantes guineenses tem aumentado nos últimos anos no que diz respeito à acessibilidade do ensino superior brasileiro. Em outras palavras, verifica-se que tem havido enorme procura para o Brasil por parte dos estudantes guineenses após a abertura da UNILAB com o intuito de buscar conhecimento e uma formação de qualidade e, ao mesmo tempo, uma qualificação profissional.

Analisando os três grandes projetos PEC-G, PEC-PG e UNILAB que foram concebidos no âmbito de relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil. A criação da Unilab tem repercutido grandemente na sociedade guineense dando oportunidade para os jovens cursarem uma formação superior fora do país.

É evidente que o Brasil tem contribuído na Guiné-Bissau na área da educação, implementando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB) para o curso de aperfeiçoamento da língua portuguesa e, concomitantemente, desenvolvendo outros apoios para os diferentes sectores, sem esquecer à concessão de bolsas de estudo para a Unilab.

Após a criação desta universidade, podemos perceber uma pequena mudança na procura por parte dos estudantes no programa de PEC-G. Seguidamente, na segunda metade de ano 2012 para cá tem havido uma fraca participação dos guineenses no PEC-G; esta fraca adesão a este programa, em parte, tem a ver com o conflito político que derrubou Carlos Gomes Júnior, no dia 12 de abril de 2012, o então Primeiro Ministro da Guiné-Bissau; alguns meses depois o governo brasileiro anunciou a suspensão da Guiné-Bissau no projeto do PEC-

G e do PEC-PG Djaló, (2014). As relações política diplomática entre o Brasil e a Guiné-Bissau têm sido celebradas desde a independência da Guiné-Bissau até nos momentos atuais e as ações que foram desenvolvidos havia verificado a sua presença com clareza até no final do governo de Lula. No mandato de Dilma essas relações começaram a ter os retrocessos. A partir daí que começou as nossas preocupações e inquietações na busca incessante de querer entender: o que está na origem do enfraquecimento da política externa brasileira para a Guiné-Bissau no domínio da educação?

3 JUSTIFICATIVAS

O interesse em trabalhar com este tema surgiu depois do meu contato com o livro de Gilberto Sarfati “Teorias das relações internacionais”. Diante disso, comecei a pesquisar sobre a Guiné-Bissau e suas relações com outros países, no caso particular o Brasil. Visto que, no governo antecessor de Rouseff a presença brasileira havia sido forte, o dialogo também era o mesmo. E durante o mandato de Rouseff começou o declínio da política externa brasileira para o continente em especial a Guiné-Bissau. De acordo com Sarfati (2014), nenhum estado celebra qualquer acordo sem que não haja benefícios, por estas razões, motivou na minha inquietação indagar de que maneira se dão este processo de Cooperação entre a Guiné-Bissau e o Brasil.

O presente estudo, quanto a sua relevância se justifica em vários aspetos, tais como: Acadêmica, social, política e pessoal.

Ao nível acadêmico poderá trazer debates e conferências nas instituições de ensino tendo em conta à própria conjuntura do sistema de ensino no país, por outro lado, também, poderá servir de base orientadora para futuros pesquisadores sobre a mesma temática e também colmatar as lacunas existentes no que tange a produção bibliográfica sobre o tema apesar de grandes esforços dos intelectuais que estão trabalhando com intuito de produzir trabalhos ligados ao mesma.

Quanto à relevância social, justifica-se por fomentar e proporcionar ambas as sociedades guineense e brasileira, o melhor conhecimento sobre o desdobramento das políticas externas, principalmente, no que diz respeito às Cooperações Internacional.

Em termos políticos torna-se pertinente por entendermos que poderá servir de ferramenta de informação, ou seja, uma guia que pode proporcionar ao estado guineense

como uma estratégia que podem moldar-se a sua atuação nos relacionamentos a nível internacional.

Analisar o desdobramento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República da Guiné-Bissau no campo da educação nos períodos de recorte exposto acima. Por outro lado, delinearemos alguns fatores que condiciona um Estado aceitar as intervenções internacionais no caso da Guiné-Bissau. Tais como: o desequilíbrio econômico, saúde, sistema educativo frágil insegurança alimentar e demais necessidades. Com o sistema da educação precária neste sentido havia necessidade com urgência. Além disso, tentaremos pesquisar acerca dos projetos desenvolvidos no campo da educação para a Nação guineense nos períodos de recorte assinalado anteriormente que irão nos permitir realizar uma boa análise do assunto traçado.

Após a mudança de Lula-Dilma, a política externa brasileira sofreu uma queda de projeção internacional, ou melhor, a projeção da política externa do Brasil para Guiné-Bissau, ela perdeu em visão estratégica o que vem sendo notável nas reduções das verbas ao continente em especial os países de PALOP que absorvem (76,5%) de todo o CID brasileiro, no qual a Guiné-Bissau beneficia (21,2%) das (76,5%) destinados para os PALOP's (MILANI, CONCEIÇÃO E M'BUNDE, 2016 p.2).

Após conflito militar, o sete de Junho de 1998, o país foi destruído pela guerra. Nesse âmbito, Brasil e Guiné-Bissau pautaram na reestruturação de vários setores com o foco nas instituições escolares, tanto fundamental como superior, com a construção de novas escolas de ensino básico, e, quanto no ensino superior e técnica, com as aberturas dos centros de formações técnicas, concessões de bolsa de estudo, capacitação dos docentes, reformulação dos institutos superiores de ensino no país das quais o Brasil é o colaborador direto desses projetos com intuito de pôr fim à necessidade primária no setor educativo que a Nação guineense se enfrenta ao longo dos tempos (CAMBANCO, 2016).

No caso brasileiro havia uma visão diferente do governo brasileiro no desenvolvimento da sua política externa para África, visto nos dois últimos governos. Com a chegada de Dilma Rousseff constatou-se reduções drásticas no progresso da política externa brasileira no princípio do governo da presidente Rousseff. Para Dias (2015), alguns fatos influenciaram essa redução. A crise econômica mundial que teve o seu início deste ano de 2008; a queda da moeda brasileira, o Real, em comparação com a outra moeda, neste caso o dólar americano, são as situações que o governo veio a se deparar. De alguma maneira, resultou numa queda no orçamento geral do estado (OGE), o que obrigou o governo a fazer um ajuste nas despesas internacionais.

Na crise econômica mundial, o governo de Rousseff enfrentou várias dificuldades, motivo pela qual enfraqueceu a sua presença no exterior nos quais ela pautou nas reestruturações no setor financeira brasileira.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, houve cortes progressivos do orçamento destinado a essa agência ao longo dos quadros anos do mandato de Dilma Rousseff. Em virtude das restrições orçamentárias, a agência priorizou a execução e a finalização dos projetos já firmados com os países parceiros e optou por diminuir o número de projetos iniciados (COSTA, 2015 p. 15).

Esses e os demais fatos acima expostos são alguns aspectos verificados na redução da política externa brasileira.

A Guiné-Bissau é considerada um dos países com maior índice de analfabetismo, as instituições educacionais são precárias, constantes conflitos político-militar, economia frágil, o que levou o país a não poder atender com as demandas inclusive no setor educacional. O principal fator que congestiona o desdobramento da política externa de qualquer que seja país são duas: ausência do governo legítima e instabilidade político-militar Costa, (2015). Na base das percepções da autora, assinala a questão que marca atuais situações das quais a Nação guineense está abalada. Por experiências próprias, algumas situações iguais do que autora mencionou “ausência dum governo legítimo conflito político” sempre o país acabaria de ficar prejudicado com anulação dos projetos de desenvolvimento. Visto que, a Guiné-Bissau já foi vítima por várias vezes das instabilidades políticas, que originam sucessivas quedas de governo, o último aconteceu em 2015, o Estado guineense após de ter participado na mesa redonda realizado em Genebra (Suíça), em Março do mesmo ano os doadores internacionais como: Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) ambos prometiam financiar o governo guineense nos projetos do desenvolvimento. Em 12 de Agosto do mesmo ano houve queda do governo que derrubou o executivo Domingos Simões Pereira, poucos meses de depois, o BM e FMI anunciaram descumprimentos dos apoios assinados no encontro realizado em Genebra “Suíça” justificando a falta de estabilidades que o país está enfrentando, esse conflito político que resultaria na cassação das verbas prometidas (experiência própria).

De acordo com Cambanco, desde proclamação da Independência em 1973 reconhecida a nível internacional em 1974 até presente momento o país não tem um governo estável, os guineenses nunca conheciam, aliás, nunca tiveram um governo que concluiu anos de mandato, o fato que motivou o país a apostar nas políticas de Cooperações Internacionais como meio de solucionar as estabilidades institucionais de rede pública.

O governo Bissau guineense condicionalmente com as consequências e/ou preocupado com as situações obriga-lhe assinar convenções com outros países tanto do continente, dos (blocos regionais), quanto os de fora (internacionais), para poder responder minimamente com a demanda dos setores chaves da nação.

O país é fraco economicamente como já tinha dito anteriormente. O envolvimento do Estado no setor educativo é pouco; em 2011 o investimento do governo no Ministério da Educação era de 11.808.634 milhões de francos Cefa (fcf), algo em torno de USD 55.726 dólares nortes americanos. Como o orçamento geral do Estado disponível para educação, esse valor servirá para vários projetos, nomeadamente: formação dos professores e integração do sistema de exame nacional, restaurações e reforços de capacitações institucionais dentre outros (SUCUMA, 2013).

De acordo com o mesmo autor, a vulnerabilidade do ensino guineense começa desde infraestruturas escolares, tanto do ensino básico, passando pelo ensino médio e superior. Em 2007/2008, Bissau conta contava com 11 estabelecimentos de escolas públicas e privadas das quais soma cinco (5) universidades de estado. É evidente que as relações bilaterais entre Brasil e a Guiné-Bissau são necessárias, e tem carácter de extrema importância para o desenvolvimento do ensino guineense. A Cooperação solidária entre Brasil e a Guiné-Bissau, se deve basicamente em ajuda aos países menos desenvolvidos, quer dizer, os países em via do desenvolvimento nas quais a Guiné-Bissau faz parte.

Alguns trabalhos acadêmicos se debruçaram sobre o enfraquecimento do desdobramento das relações bilaterais conhecido também como Cooperação Brasil. Havia uma perplexidade no desenrolar do assunto do ponto de vista estratégico, ou seja, ela perdeu a dinâmica tida do governo antecessor da Dilma. Realmente, ocorreu uma desorientação por parte do governo sucessor. Segundo Anna Ripa de Meana disse:

Na transição Lula-Rousseff e, mais especificamente, na transição Amorim-Patriota não houve, segundo Cervo e Lessa, uma mudança substancial de direção na condução da política externa, houve apenas “uma continuidade lerda e obstruída as estratégias externas da fase anterior (...)”. Ainda segundo os autores, soma-se a esta falta de diálogo, a falta de elaboração de uma política de comércio externa robusta, o que prejudica consideravelmente a percepção de participação e inserção internacional. Um ulterior dado relevante na pesquisa e que se insere no geral declínio da política externa brasileira da administração de Dilma, é a redução do fluxo de recursos financeiros da ABC e dos seus projetos de cooperação desembolsados (MEANA, 2016, p. 114, 115 e 120).

Tendo em conta o exposto acima, indica as razões de declínio da política externa brasileira para o continente no mandato de Rousseff, adiante disso, podemos retirar as nossas

conclusões que possivelmente essas situações sejam os que impossibilitam o desdobramento da relação bilateral Brasil e a Guiné-Bissau nos últimos anos.

Os acordos atuam em diferentes áreas de formação: formação superior, técnica e profissional. A entrada dos estudantes guineenses ao Brasil nas diversas universidades federais e nos diversos cursos, a proliferação vem aumentando através dos acordos assinados dentre República Federativa do Brasil e república da Guiné-Bissau com o presidente Malam Bacai Sanha com Luís Inácio Lula Da Silva em 2009. Muitos guineenses tiveram facilidade de acessos documentais para o Brasil. Esses tratados se baseiam nas necessidades que o Estado guineense tem, em prol do desenvolvimento do país, ou seja, tem como as necessidades de caráter de emergências.

Os apoios feitos pelo Brasil no quadro de relação diplomática para a sociedade guineense necessitam de ser discernido de perto, pelas suas reais intervenções e demonstrar quais são as vantagens da diplomacia brasileira para o país.

Como sabe que a Cooperação do Brasil com a Guiné-Bissau, ela pode ser solidária com a pretensão de ajudar os países em via de desenvolvimento, sobretudo, os da África. Com base nos argumentos de alguns autores que já estudaram sobre o tema assinalam que a Guiné-Bissau é considerada como o mais beneficiado com a cooperação na área de educação, baseando pelas vagas utilizadas por parte dos estudantes guineenses na UNILAB e nas ampliações dos convênios entre as duas nações aplicadas no governo de Malam Bacai Sanha e do ex-presidente Luís Inácio Lula Da Silva 2009. Depois do acordo, havia um crescimento dos estudantes guineenses para Brasil na segunda metade de primeiro e segundo mandato de Lula num total de 938 estudantes guineenses que cursam no ensino superior brasileiro de 2003-2010 Cambanco, (2016 p.71). No entanto, não foram ao caso a realização de todos os benefícios ou projetos ligados à educação, devido à conjuntura da política guineense e mudança dos presidentes no Brasil.

Nas atuações de políticas externas dentro dum país é um dos setores-chave para aquisição nos planos de desenvolvimento de qualquer que seja a nação, no qual um governo em exercício pretende colocar em pauta, tratado de acordo com as demandas do mesmo.

4 HIPÓTESE

Possivelmente, em virtude da situação política que se encontra o Brasil desde o mandato da presidente Dilma Rouseff até presente momento, o Brasil viveu momento difícil

da sua política externa, em relação aos momentos antecedentes. Como pode se verificar no desdobramento da política externa brasileira para a África e, em particular, para a Guiné-Bissau, levando em considerações as conjunturas que o país está mergulhado, com base nos diversos documentos encontrados, designadamente: manuais, artigos, dissertações de mestradados e teses de doutorados.

Mediante a isso, pode-se dizer que os motivos que naufragam o desdobramento da política externa de qualquer que seja o país são seguintes: “mudança de regime, direcionamento do líder, influência da burocracia, reestruturação doméstica e conflito externo”. Esses são provavelmente os acontecimentos que viabilizam o prosseguimento da política externa de um país para outro (Costa, 2015; Hermann, 1990). Estes fatores têm certo relacionamento com esses dois países se olharmos para o caso do Brasil e da Guiné-Bissau. O Brasil além da “crise econômica mundial” enfrentado, também houve a mudança dos presidentes, reestruturação doméstica e, posteriormente, a mudança de regime. Quanto à Guiné-Bissau, teve a instabilidade política em que a crise política abalou o país há muitos anos. Com efeito, isso resulta em sucessivas mudanças de regimes, que fez com que o país perdesse a visibilidade internacional no que refere aos investimentos por parte dos investidores internacionais, sobretudo do Brasil.

5 OBJETIVO GERAL

- Analisar de que forma se deu o desdobramento da política externa brasileira para a Guiné-Bissau no campo da educação, no governo de Dilma Rousseff (2010-2016).

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explicar as razões que levam o declínio do desdobramento da política externa brasileira para com a Guiné-Bissau;
- Identificar os projetos desenvolvidos durante o mandato de Dilma Rousseff;
- Trazer uma narrativa histórica acerca das relações político-diplomáticas entre o Brasil e a Guiné-Bissau;
- Fazer uma breve contextualização e contribuição de dois grandes projetos PEC-G e PEC-PG, além do projeto da UNILAB.

6 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A relação bilateral entre Brasil & Guiné-Bissau como um todo, também está ancorado nos laços de Cooperação Sul-Sul, o que presume levar ações de uma forma mais clara em detrimento dos outros basicamente nos planos de ajuda solidária, sabemos que quaisquer relações de amizade entre os países nunca sejam tão solidários. A Guiné-Bissau sempre teve e continua a ter grandes satisfações ou benefícios em termos de formação de recursos humanos, aliás, na formação de *blante ku binin*¹ novos/as em benefício do país que darão as suas contribuições para o progresso da Nação. O Brasil como um todo no sentido de solidariedade ao continente africano tem tido um grande sucesso nos últimos 15 anos, através dois últimos presidentes: Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (OLIVEIRA, 2015).

Os discursos de retomados dos laços de amizade entre a nação brasileira com os países africanos, em particular com os de PALOP's são baseados nas retribuições das dívidas históricas que o país tem tido com os Estados africanos; nesta acepção, enfatiza-se que a cooperação solidária com esses países que tem como objetivo promover e reaproximar laços de amizade que já existia, a respeito de reconhecimento da diferença e ajuda mútua. De acordo com o Realismo das teorias de relações internacionais (SARFATI, 2014), não há nenhum tratado celebrado, seja regional ou internacional, sem que haja alguns interesses; o quer dizer que, qualquer que seja o convênio de dois países tem o seu porquê, e as relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiné-Bissau não é diferente. Todavia, a presença brasileira no país tem um marco diferenciado de todos outros países que têm as suas representações diplomáticas dentro do país pela sua contribuição voltada à educação para formação de *blante ku binin*² na sociedade bissau-guineense para as resoluções de conflitos político-militares e demais problemas que o país continua a enfrentar.

No entanto, contudo, o que governo brasileiro tem ajudado muito a nação guineense na fortificação institucional, em especial, no campo da educação, através de desenvolvimento dos projetos que permitam a inserção dos jovens no ensino superior e nos cursos técnicos e curso de aperfeiçoamento da língua portuguesa tanto fora quanto dentro do país.

Alguns dados relatados pela Agência de Cooperação Brasileira (ABC) qualifica o memorando de entendimento que foi firmado entre o Brasil e Guiné-Bissau nas seguintes áreas em 2009, com o presidente Malam Bacai Sanhá e Lula:

¹ Homens e mulheres por excelência.

Programa de prevenção e controle da Malária na Guiné-Bissau, fortalecendo o sistema de vigilância epidemiológica. Apoio na formulação e monitoramento do programa nacional para universalização do registro civil de nascimento em Guiné-Bissau. Apoio ao fortalecimento de centro de promoção de caju na Guiné-Bissau. Jovens lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas ABC, (2013, p.73, 75 e 76).

Sem descartar o projeto da UNILAB, havia muitos projetos de extrema importância que a Nação brasileira se desenvolveu para a Guiné-Bissau. De acordo com Djaló (2014), a contribuição brasileira para nação a guineense, desde a sua independência até ao presente, tem sido de grandes êxitos, muito significativo na contribuição ao desenvolvimento do país. Muitos jovens que tinham cursado seus estudos no Brasil e que voltaram ao país na maioria dos casos serviam como figuras de referências.

O ensino superior brasileiro tem atraído os jovens Guineenses. O crescimento acelerado de interesse em fazer os estudos no Brasil torna enorme nos últimos anos devido à fragilidade/precariedade do ensino guineense, obrigando a saída das populações em massa ao exterior em direção ao Brasil com intuito de estudar. Exemplo de dois fatores que norteiam esse fluxo: a reputação da política externa brasileira para os países africanos, em particular a Guiné-Bissau, que resulta na facilidade de obtenção de vistos de entrada e a facilidade do idioma (Língua Portuguesa). O último fator é o modo de aplicação de seleção com mais transparência e amplo número de vagas de acessos, sem esquecer-se da crise política que o país está mergulhado. Esses fatos, de alguma maneira, pode moldar o fluxo de interesse dos jovens a escolher estudar no Brasil, inclusive na UNILAB.

Para Vicentini; Pereira, (2008) a política externa brasileira baseia-se no interesse de expansão da indústria nacional para estrangeiros. Isto foi demonstrado logo nas viagens do presidente Lula ao continente africano acompanhado de 128 empresários com diferentes finalidades, sobretudo a de prestar serviços na África tanto no plano econômico, comercial e tecnológico Vicentini; Pereira, (2014). Continuando com o raciocínio dos mesmos autores, no primeiro mandato de Lula, o índice de exportação teve uma subida muito satisfatória para a nação brasileira.

Como tinha dito acima, algumas intenções que obrigam a fortificação do Brasil com os países africanos ainda foram desconhecidas. Mas de acordo com OLIVEIRA (2015), o Brasil teve interesse na disputa de assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas obrigando-lhe a recorrer para Países Africanos da Língua Portuguesa - PALOP nas quais a Guiné-Bissau faz parte. O motivo que levou a ampliação nas relações de amizade culminou com a criação

do Gabinete de Comissão da Consolidação da Paz (CCP) na Guiné Bissau, o único gabinete criado entre os países membro de PALOP (MIYAMOTO, 2011).

Alguns relatos sobre a proximidade do Brasil com os países africanos aponta a existência de cordialidade e teve como ponto forte no primeiro e segundo mandato do ex-presidente Lula no final dos anos 2010 e início de 2011. No primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, a política brasileira teve o marco inicial de afastamento da nação brasileira com os países africanos (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Alguns analistas defendem que tudo tem acontecido devido à crise econômica mundial e a pressão política que o governo da Dilma Rousseff havia enfrentado. A partir daí o governo brasileiro teve contribuição muito fraca na política externa para o continente, embora tivesse dado continuidade com alguns projetos traçados pelo governo antecessor, mas a fraca presença da presidente no continente também foi um dos casos mais notáveis da falta de articulação com as nações africanas (OLIVEIRA, 2015).

7 METODOLOGIA

A metodologia pode ser um caminho que guia um/a pesquisador/a passo a passo para uma análise teórica de conhecimento. A nossa pesquisa será penetrada por uma metodologia a ser seguida, no qual auxiliaremos, no percurso de procura da resposta do objetivo traçado acima, de alguma maneira, serviremos como uma ponte de elo para o processo de investigação do problema em questão. Neste percurso usaremos alguns métodos tais como: metodologia qualitativa baseada nas análises dos documentos oficiais de Cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau, e nas coletas dos dados que serão feitas através das entrevistas como forma de penetrar melhor o assunto. Estes métodos podem levar cientistas a um lugar de interesse para catalogar os fatos junto ao país, instituições, comunidade ou um determinado grupo (MALINOWSKI, 1978).

Realizaremos nossa pesquisa em instituições federais que irão permitir análises das informações com maior clareza. Os lugares são: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB da Bahia e Ceará, e Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília. Na Guiné-Bissau, Ministério de Educação Nacional (MENGB), Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), a Embaixada do Brasil na capital guineense (Bissau) e Ministério das Relações Exterior da Guiné-Bissau (MREGB), como departamento responsável dos assuntos externos do país.

Os entrevistados responderão ou “desenvolverão as suas opiniões e informações de maneira que ele avaliar conveniente” Richardson, (1985, P.212), também serão entrevistadas pessoas, como por exemplo, os estudantes. Serão entrevistados vinte (20) estudantes no total e sendo dividido cinco (5) para UNILAB da Bahia e sete (7) para a UNILAB de Ceará, três (3) para os estudantes que cursaram por conta própria aqui no Brasil, e, os cinco (5) serão os estudantes vinculados a projeto de PEC-G e PEC-PG, lembrando que as entrevistas serão feitas de forma aleatória para os estudantes que pertencem as referidas universidades acima mencionadas. Por outro lado, faremos uma pesquisa exploratória dos documentos como: artigos, monografias, dissertações de mestrados, teses de doutorados e documentos oficiais que tratam da relação desses países, assim podem nos favorecer na análise de forma qualitativa (MOREIRA, 2008).

Para os acadêmicos que já se debruçam sobre essas metodologias, demonstram enorme vantagem quanto o uso da mesma, numa produção dos trabalhos acadêmicos, essas metodologias proporcionam amplas vantagens na proximidade com os fenômenos em estudo. Desta feita, entendemos que, seja melhor albergar essa metodologia para poder investigar e resgatar as informações de maneira eficaz.

Num primeiro momento, o estudo utilizar-se-á de uma revisão bibliográfica procurando os estudiosos que já debruçaram sobre a temática em questão a fim de poder nos dar suportes à confirmação do problema levantado no princípio, assim como resultados obtidos Moreira, (1996). Para realizar um trabalho acadêmico basicamente terá que basear em uma dessas metodologias; e escolheremos duas tipologias de métodos: qualitativas e coletas de dados baseadas nas entrevistas como forma que vai nos ajudar no desenvolvimento do nosso trabalho com maior eficiência. Primeiro, a metodologia qualitativa será feita uma análise com base nos documentos oficiais que trata de relações diplomáticas entre esses dois países e dos textos de dissertações de mestrados, teses doutorados, artigos e monografias que tivemos acessos durante a nossa pesquisa. Segundo, coletas de dados que serão feitas na base das entrevistas no Brasil e Guiné-Bissau, como forma de aproximar-se das realidades das informações, aliás, de aproximar de fonte credível que possam nos auxiliar nas interpretações do mesmo. Torna-se evidente que o Brasil é anfitrião desses tratados, com certeza podemos encontrar relatórios dos assuntos de uma maneira clara através das instituições responsáveis para tais, que posteriormente permitirá uma boa análise. De natureza igual, que a Guiné-Bissau como país cooperante por meio das pessoas que estão a representar o país nos assuntos internacionais, possivelmente daria as mesmas respostas.

A ABC é uma instituição Federal com o perfil de regularização das atividades de mapeamentos das Cooperações internacionais do país, pela sua grandeza as investigações serão realizadas com base nas análises dos documentos oficiais dos acordos das Cooperações Internacionais que ajudará posteriormente no desenvolvimento da pesquisa qualitativa de catalogação dos projetos desenvolvidos nos períodos 2010-2016. Por outro lado, a Embaixada e da República da Guiné-Bissau em Brasília. As instituições federais de ensino adentram neste processo de investigação: UFBA, UNILAB nos Campus de Acarape, Palmares, Redenção e do Malês na Bahia, é um dos principais pilares da nossa análise. Também explorarão as discussões tidas com os meus conterrâneos nos corredores da universidade acerca do assunto.

Na Guiné-Bissau, como não tem um departamento específico para o assunto de Cooperação Internacional igual ao Brasil, Instituto de ITAMARATY e ABC, os lugares a serem efetuadas as coletas das informações são MRE como a instituição que tutela os assuntos de Relações Exteriores para o Estado da Guiné-Bissau, o MENGGB, INEP, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), é um dos frutos da Cooperação das quais serão entrevistados os estudantes que tinham oportunidades de beneficiar a formação técnica e os que estão a estudar no referido centro, também envolverão os técnicos e diretor, docentes e servidores do mesmo. A embaixada da República Federativa do Brasil na capital guineense (Bissau) poderá ser como fonte de exploração da pesquisa, os representantes do governo guineense, tanto nos mandatos atuais, como entidades que poderiam fornecer as informações credíveis.

8 CRONOGRAMA

Anos e Semestres	2018		2019		2020		2021
	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	
Aulas presenciais	XX	XX	XX	XX	XX		
Seleções, leituras e fichamento das bibliografias.	XX	XX	XX	XX			
Reelaboração do projeto		XX	XX				
Exame de qualificação				XX			
Pesquisa e realização das entrevistas				XX	XX		
Sistematização dos dados			XX	XX	XX		
Análises de dados, construção do texto da redação.				XX	XX		
A defesa							XX

REFERÊNCIAS

- AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. A Cooperação Técnica do Brasil Para África. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Acesso em: 28. Fev. 2018.
- AMORIM, Celsio. BREVES NARRATIVAS DIPLOMÁTICAS: África: Reencontro. 2013. Brasil- Relações Exteriores. Política Internacional. --- in: Editora Benvirá, São Paulo, 2013. 168 p.
- CAMBANCO, Duinalon Fernando. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL & GUINÉ-BISSAU NO PLANO EDUCACIONAL DURANTE GOVERNO LULA (2003-2010). 2016. 93 f. Monografia (Bacharel em Humanidades), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2016.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. The fall: the international insertion of Brazil (2011-2014). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200133&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 29. Jan. 2018.
- COSTA, Cristiana Martinello Da. **COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF - EXPANSÃO OU RETRAÇÃO?** 2015. 25 f. Artigo (Especializações em Relações Internacionais), Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/11564/1/2015_CristianaMartinellodaCosta.pdf>. Acesso em: 27. Fev.2018
- DIAS, Daiana et al. Política Externa de Lula da Silva e Dilma Rousseff: uma análise da imagem brasileira no jornal The New York Times. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134718/Monografia%20da%20Daiana%20Dias.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27. Fev. 2018
- DJALÓ, Mamadú. RELAÇÕES SUL-SUL: a cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de (1990-2011). 2014. 279 f. Tese de (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123195/325649.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19. Set. 2017
- HERMANN, Charles. *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*. In **International Studies Quarterly**. Vol.34, No.1 (Mar.,1990). JSTOR. 3-21. Disponível em: <<http://voxprofessor.net/cfh/hermann-pubs/Hermann-Changing%20Course%20When%20Governments%20Choose%20to%20Redirect.pdf>>. Acesso em: 2º. Mar. 2018
- HIRST, Monica. Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em:
<<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91086/1/71852716X.pdf>>. Acesso em: 14.Jan.2018

ITAMARATY. Divisão de Temas Educacionais. Cooperação Educacional. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>> Acesso em: 28. Jul. 2017.

MILANI, Carlos RS; DA CONCEIÇÃO, Francisco Carlos; SABA M'BUNDE, Timóteo. Cooperação sul-sul em educação e relações brasil-palop. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3476/347645346002/>>. Acesso em: 18.Out.2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <<file:///C:/Users/Vladimir/Downloads/18027-56348-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26. Nov. 2017

MEANA, Anna Ripa di. A política africana do Brasil nos governos de Lula (2003-10) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-14). 2016. 165 f. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12787/1/Tese%20Anna.pdf>>. Acesso em: 10. Fev. 2018

MOREIRA, Walter. REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO: Conceitos Estratégias para Confecção. 2010 ? Janus, v. 1, n.1, 2008. 12 p. Disponível em: <<http://www.unifatea.edu.br/seer/index.php/janus/article/viewFile/1/1>>: Acesso em: 20. Nov. 2017

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política Africana Do Brasil: Mudança Entre Lula E Dilma. Porto Alegre. Conjuntura Austral, v. 6, n. 29, p. 29-48, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/51761/33854>>. Acesso em: 04/03/2018

RICHARDSON, Roberto Jarry et al., PESQUISA SOCIAL: Metodos e Tecnicas. Roberto Jarry Richardson; colobrados Jose Augusto de Souza Peres (et al.),___ 3ª ed. São Paulo. Atlas. 2012. 206-219 p.

SARFATI, Gilberto. Teorias das relações internacionais: O realismo clássico. São Paulo, 2014. P 63-74.

SILVA, Julinho Braz Da. A Cooperação Sul-Sul como instrumento para o desenvolvimento: perspectivas para a República da Guiné-Bissau. 2011. 159 f. Dissertação de (Pós-Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95187/290374.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22. Ago. 2017

SUCUMA, Arnaldo. Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

Visentini, Paulo G. Fagundes, and Analúcia Danilevicz Pereira. "A política africana do governo Lula." UFRGS: NERINT (2008). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 12. Out. 2017.

RIZZI, Kamilla Raquel. O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?...1>. Acesso em: 05/04/2018.